

CCJ adia votação da PEC que acaba com a escala 6X1

Relator apresenta parecer favorável, mas oposição pede vista

Por Gabriela Gallo

Nesta semana o governo federal teve vitórias e derrotas no Congresso Nacional, especialmente nesta quarta-feira (15). Após uma longa sessão no plenário da Câmara dos Deputados para definir o representante parlamentar que será o novo ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), o Senado Federal aprovou o nome do deputado federal Odair Cunha (PT-MG) para assumir o TCU, vitória do poder Executivo. Contudo, do outro lado do Congresso, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara adiou a votação da proposta que encerra a jornada de trabalho de escala 6X1, na qual o empregado trabalha seis dias da semana e folga um.

O deputado federal Paulo Azi (União Brasil-BA) apresentou parecer favorável ao fim da jornada 6X1. Ele relatou duas propostas de emenda à Constituição (PECs) que reduzem a jornada de trabalho e escala de trabalho. “A redução da jornada pode se apresentar como mecanismo para preservação da saúde, da segurança e do bem-estar dos trabalhadores, promovendo o devido equilíbrio entre o tempo dedicado ao trabalho e à vida pessoal”, defendeu Azi.



Renato Araújo/Câmara dos Deputados

Paulo Azi deu parecer favorável ao fim da escala 6x1

Contudo, após a apresentação do parecer, os deputados Lucas Hedeker (PSD-RS) e Bia Kicis (PL-DF) pediram vista coletiva (mais tempo para analisar a proposta). Em entrevista coletiva para a imprensa, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), declarou que a previsão é que a votação retorne na próxima quarta-feira (22), após o feriado de Tiradentes (21).

Projetos

Azi relatou a PEC 8/2025, de relatoria da deputada Erika

Hilton (Psol-SP), e a PEC 221/2019, de autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG). Ambas as propostas preveem o fim da escala 6X1 e reduzem a jornada de trabalho de 44 horas semanais para 36 horas semanais. Contudo, enquanto a PEC 221/2019 sugere a implementação a longo prazo, estabelecendo um prazo de dez anos de adaptação, a PEC 8/2025 propõe a redução de forma imediata.

Vale destacar que o poder

Executivo encaminhou na terça-feira (14) ao Congresso Nacional o projeto de lei de mesma proposta, que reduz o limite da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, garante dois dias de descanso remunerado e proíbe qualquer redução salarial. O projeto foi encaminhado com urgência constitucional para análise nas Casas Legislativas.

Ao Correio da Manhã, o advogado trabalhista e sócio da Advocacia Maciel Bruno Maciel explicou que, apesar das PECs

demorarem um pouco mais para tramitar, uma vez aprovadas elas tornam a mudança permanente, enquanto o PL tramita com maior facilidade, porém, “juridicamente pode ser considerado mais frágil, pois não requer alteração constitucional”.

O advogado trabalhista considera que o PL do governo é aplicável a curto prazo, mas “corre o risco de ser ‘vazio’ se não trouxer incentivos reais”, como a desoneração da folha de pagamento, “para que o pequeno empresário consiga abrir mão do sexto dia de trabalho sem quebrar”.

“Ao focar na negociação coletiva (acordos entre sindicatos e empresas), o governo retira a imposição de uma regra única, devolvendo a decisão para quem está na ponta. Isso diminui a resistência de bancadas ligadas ao setor produtivo, permitindo que cada setor ajuste seu cronograma conforme sua capacidade financeira”, detalhou.

A reportagem ainda conversou com a professora de direito do trabalho do Ibmec Brasília Moara Silva. Ela avaliou que a proposta enviada pelo governo “possui plena viabilidade de aplicação”, contudo, não pode ser pensada como um ato isolado. “É necessário estruturar as mudanças harmonizando os impactos”.

Messias será sabatinado no dia 28 de abril

Por Rudolfo Lago

Embora agora o governo avalie ter se modificado o ambiente com a expectativa de uma aprovação mais tranquila do nome do advogado-geral da União, Jorge Messias, para o Supremo Tribunal Federal (STF), houve uma antecipação da data da sua sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Antes, a sabatina estava marcada para o dia 29 de abril, uma quarta-feira. Agora, foi antecipada para o dia 28, uma terça-feira. A razão é dar mais tempo para as articulações e para a aprovação final pelo plenário. Assim, se a sabatina se estender demais na terça-feira, há a possibilidade de se deixar a votação em plenário para o dia seguinte, quando também se consegue quórum alto no Congresso.

De qualquer modo, os cálculos feitos agora pelo governo indicam uma situação mais confortável. No ano passado, quando

o presidente Luiz Inácio Lula da Silva resolveu adiar o envio do nome de Messias para o Senado, não havia segurança nem de 30 votos favoráveis. Agora, o governo projeta uma aprovação com 48 votos a favor. Messias precisa somente da maioria absoluta do Senado: 41 votos.

O primeiro passo nesse sentido foi dado nesta quarta-feira, quando o senador Weverton Rocha (PDT-MA) leu seu relatório favorável à indicação de Jorge Messias. O advogado-geral da União é indicado para ocupar a vaga deixada com a aposentadoria do ex-ministro Luís Roberto Barroso.

Ao dar seu parecer favorável, Weverton destacou que seu papel é preliminarmente prestar as informações que embasam as duas características básicas que um ministro do STF precisa ter, de acordo com a Constituição: notório saber jurídico e reputação ilibada. A verificação desses dois quesitos é o propósito da sabatina.



Antônio Cruz/Agência Brasil

Governo estima 48 votos favoráveis a Messias

Mas, quando ao saber jurídico, Messias informa a formação e funções de Jorge Messias. Ele é graduado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, mestre em direito econômico pela Universidade Federal da Paraíba e doutor em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pela Universidade de Brasília (UnB). Ele também atua como professor da Universidade Santa Cecília. É procurador de carreira da Fazenda Nacional desde 2007 e já exerceu diversas funções no governo.

Mas Weverton faz elogios a Messias em seu relatório. “Como Advogado-Geral da União, sua atuação se destaca pelo perfil conciliador e de diálogo com os diferentes setores. Sob sua liderança, a AGU posicionou a conciliação como uma política de Estado, priorizando a segurança jurídica por meio da realização de acordos judiciais e extrajudiciais”, disse o senador.